

Luiz Guilherme Marinoni
Daniel Mitidiero

Ação **Rescisória**

Do Juízo Rescindente
ao Juízo Rescisório

3ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Ação rescisória : do juízo rescisivo ao juízo rescisório / Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0272-8

1. Ação rescisória 2. Coisa julgada (Processo civil) 3. Nulidades (Direito) 4. Processo civil I. Mitidiero, Daniel. II. Título.

23-147446

CDU-347.922

Índices para catálogo sistemático:

1. Ação rescisória : Processo civil 347.922

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

SUMÁRIO

NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO	5
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO.....	7
NOTA PRÉVIA	9
INTRODUÇÃO	19

PARTE I PERFIL CONCEITUAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA.....	21
2. AÇÃO RESCISÓRIA E FIGURAS AFINS	35
2.1. <i>Querela nullitatis insanabilis</i>	36
2.2. Ação anulatória de ato processual.....	45
2.3. Impugnação	56
2.4. Reclamação	61
2.5. Mandado de segurança contra ato judicial.....	63
2.6. Ação anulatória de laudo arbitral	65
3. AÇÃO RESCISÓRIA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA	70
3.1. A formação histórica da ação rescisória	71
3.2. A ação rescisória no direito comparado	83

PARTE II PERFIL FUNCIONAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA E TUTELA DOS DIREITOS.....	91
2. OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA: DECISÕES RESCINDÍVEIS.....	93
2.1. Decisão definitiva transitada em julgado.....	94
2.2. Decisão terminativa transitada em julgado	96
2.3. Decisão de questão prejudicial rescindível.....	97
2.3.1. Primeiras considerações	97

2.3.2. Fundamento	98
2.3.3. Questão de que depende o julgamento do mérito	100
2.3.4. A questão pode derivar de fato constitutivo ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo	101
2.3.5. Questão discutida.....	102
2.3.6. Questão de direito que independe de prova.....	108
2.3.7. Questão decidida.....	110
2.3.8. Competência absoluta.....	111
2.3.9. Coisa julgada em favor de terceiros: fundamento	111
2.3.10. A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo	114
2.3.11. A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros	115
2.3.12. Ato que provoca múltiplos danos ou prejuízos.....	116
2.3.13. Discussão do preenchimento dos requisitos formais para a formação da coisa julgada sobre questão e sobre o cabimento da ação rescisória	118
2.4. Capítulo de decisão	118
3. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA: FUNDAMENTOS.....	122
3.1. Prevaricação, concussão ou corrupção.....	124
3.2. Impedimento ou incompetência absoluta	127
3.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da vencida ou simulação ou colusão entre as partes a fim de fraudar a Lei	128
3.4. Ofensa à coisa julgada	142
3.4.1. Os limites objetivos da coisa julgada no CPC de 2015	142
3.4.2. Ofensa à coisa julgada mediante solução de questão de que depende o julgamento de demanda distinta	146
3.4.3. Ofensa à coisa julgada por meio de violação à regra do deduzido e do dedutível.....	150
3.4.4. Prestações bilaterais e infringência da coisa julgada sobre o contrato	154
3.4.5. Ofensa à coisa julgada mediante sua “relativização”.....	159
3.4.6. Coisas julgadas contraditórias em ações idênticas e o falso problema da superação do prazo para a propositura da ação rescisória.....	167
3.4.7. A coisa julgada que reafirma coisa julgada anterior.....	176
3.4.8. Ação rescisória por ofensa à coisa julgada sobre questão.....	177

3.4.9. O terceiro beneficiado pela coisa julgada diante da ação rescisória ...	181
3.4.10. Anterior discussão e rejeição de violação de coisa julgada e ação rescisória	182
3.5. Violar manifestamente norma jurídica	183
3.5.1. Da violação de literal disposição de lei à violação manifesta de norma jurídica	184
3.5.2. Violação à literal disposição de lei como fenômeno típico do “formalismo ou cognitivismo interpretativo”	185
3.5.3. A interpretação como valoração e atribuição de significado	189
3.5.4. A preservação da lei dita inconstitucional como primeiro estímulo à dissociação entre texto e norma	191
3.5.5. A dissociação entre texto e norma na teoria do direito	193
3.5.6. A súmula 343 do STF como demonstração de que a decisão baseada em lei a que o judiciário já adscreveu várias normas jurídicas não pode ser objeto de ação rescisória: indagações daí decorrentes	196
3.5.7. A função das cortes supremas e a norma jurídica	198
3.5.8. Violação de norma jurídica editada pelas cortes supremas: o problema da identificação da <i>ratio decidendi</i>	204
3.5.9. Outras normas jurídicas delineadas pelo judiciário que podem ser objeto de ação rescisória.....	213
3.5.10. A importância dos §§ 5º e 6º do art. 966, CPC, para a confirmação do significado de “violação de norma jurídica”	215
3.5.11. Decisão que se pautou equivocadamente (isto é, sem fazer distinção) em precedente de Corte Suprema, decisão proferida em recurso repetitivo, súmula e decisão de tribunal sobre questão	216
3.5.11.1. Significado da ausência de consideração da “existência de distinção”	216
3.5.11.2. O problema em face de precedente de Corte Suprema	218
3.5.11.3. A decisão diante de súmula	221
3.5.11.4. A distinção em face da decisão de questão	222
3.5.12. A petição inicial da ação rescisória fundada em manifesto equívoco na aplicação de precedente, súmula ou decisão	223
3.5.13. Violação de norma jurídica “dotada de aceitabilidade”	225
3.5.14. A ação rescisória fundada em decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade	226
3.5.14.1. A decisão que nega decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal	226

3.5.14.2.	A pretendida ação rescisória fundada em ulterior decisão de inconstitucionalidade: o § 15 do art. 525, CPC.....	228
3.5.14.3.	Crítica à ideia de que não pode haver interpretação controvertida do texto constitucional	230
3.5.14.4.	“Controle da constitucionalidade da decisão transitada em julgado”, ou melhor, negação do controle incidental de constitucionalidade.....	237
3.5.14.5.	A transformação da coisa julgada num juízo suscetível a condição imprevisível.....	237
3.5.14.6.	Resguardar uma decisão fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional não significa admitir efeitos a uma lei declarada inconstitucional	239
3.5.14.7.	O verdadeiro fundamento que se pretende conferir à ação rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada	241
3.5.14.8.	A inexistência de distinção entre decisão proferida em controle principal e controle incidental para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	241
3.5.14.9.	O precedente firmado no Recurso Extraordinário 590.809: a garantia constitucional da coisa julgada exclui a possibilidade de ação rescisória baseada em ulterior decisão do Supremo Tribunal Federal	242
3.5.14.10.	A irretroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a sentença que deixou de aplicar a lei por reputá-la inconstitucional	245
3.5.14.11.	A neutralização dos efeitos da coisa julgada nas relações de trato sucessivo diante da superveniência de juízo sobre a constitucionalidade: o precedente firmado no Recurso Extraordinário 949.297 e no Recurso Extraordinário 955.227.....	247
3.6.	Falsidade da prova que determinou a decisão rescindenda, apurada em processo criminal ou na própria ação rescisória.....	248
3.7.	Prova nova.....	254
3.8.	Erro de fato.....	262
4.	O PRAZO PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO RESCISÓRIA	268
4.1.	Trânsito em julgado.....	271
4.2.	Prova nova.....	275
4.3.	Simulação ou colusão das partes	277

PARTE III PERFIL PROCEDIMENTAL

1.	COMPETÊNCIA	279
----	-------------------	-----

1.1. Competência para julgamento da ação rescisória.....	280
1.2. O problema da identificação da decisão rescindenda e a oportunidade para o deslocamento da causa para o juízo competente.....	282
2. AÇÃO E DEFESA: A LEGITIMIDADE DAS PARTES	284
2.1. Legitimidade ativa	285
2.1.1. Parte, sucessor a título universal ou singular e terceiro interessado	285
2.1.2. A legitimidade do Ministério Público.....	288
2.1.3. Legitimidade daquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.....	290
2.2. Legitimidade passiva	291
2.3. Ministério Público como fiscal da ordem jurídica na ação rescisória.....	292
3. O DIREITO DE AÇÃO E A PETIÇÃO INICIAL	293
3.1. Requisitos da petição inicial, causa de pedir e “documentos indispensáveis”	293
3.2. Pedidos rescindente e rescisório.....	296
3.3. Ações rescisórias cumuladas	298
3.4. Valor da causa.....	299
3.5. Depósito prévio	300
3.5.1. Ônus de depósito prévio	300
3.5.2. Inconstitucionalidade da dispensa do depósito prévio	301
3.6. Direito à emenda, dever de esclarecimento e dever de indicação	302
3.7. Indeferimento da petição inicial.....	303
4. JULGAMENTO LIMINAR DE MÉRITO NA AÇÃO RESCISÓRIA	305
5. TUTELA PROVISÓRIA	308
5.1. A propositura da ação rescisória não suspende a capacidade da decisão rescindenda produzir efeitos.....	310
5.2. Em especial: a propositura da ação rescisória não interrompe o prazo prescricional da pretensão executiva.....	312
5.3. Pressupostos da tutela provisória. O pressuposto comum: a probabilidade do direito	315
5.3.1. Tutela de urgência. O perigo na demora	328
5.3.2. Tutela da evidência. A defesa inconsistente	332
5.4. Em especial: o problema da iminência da prática dos atos expropriatórios e a indevida atuação do juiz da execução	334

5.5. Em especial: a impossibilidade de estabilização da tutela provisória na ação rescisória.....	335
6. O DIREITO DE DEFESA E AS RESPOSTAS DO RÉU	336
6.1. Respostas	337
6.2. Revelia	338
7. ORGANIZAÇÃO DA CAUSA PARA O JULGAMENTO	340
7.1. Providências para o julgamento	340
7.2. O problema da designação do relator e da composição do colegiado diante dos julgadores que proferiram a decisão rescindida.....	340
7.3. Instrução.....	342
7.3.1. Ônus da prova	343
7.3.2. Juízo rescindente	344
7.3.3. Juízo rescisório	346
7.3.4. Objeto da prova.....	346
7.3.4.1. Juízo rescindente	347
7.3.4.1.1. A regra: a cognição parcial e exauriente no juízo rescindente	347
7.3.4.1.2. A exceção: a impossibilidade de produção de prova e de reexame de prova para a formação do juízo rescindente por juízo absolutamente incompetente, violação da coisa julgada, manifesta violação de norma jurídica e por erro de fato.....	348
7.3.4.2. Juízo rescisório	349
7.4. Razões finais	350
7.5. Ministério Público	350
8. JULGAMENTO	351
8.1. Unidade de julgamento, pronúncia dos votos e limites do voto de desempate...	351
8.2. Inadmissibilidade	354
8.3. Procedência	354
8.3.1. Juízo rescindente	354
8.3.2. Juízo rescisório	355
8.4. Improcedência	357
8.5. Ampliação do julgamento.....	357
8.6. Multa	359

8.7. Despesas processuais	359
9. RECURSOS.....	360
9.1. Embargos de declaração	360
9.2. Recurso especial e recurso extraordinário.....	364
10. COISA JULGADA.....	375
11. AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A COISA JULGADA NA AÇÃO RESCISÓRIA.....	375
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	377
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	379